



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 23/2022
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 06/2022**

O Prefeito Municipal de Bom Retiro/SC, no uso de suas atribuições legais, AUTORIZA a abertura do Processo Administrativo para DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, conforme inciso VI, art. 30, da Lei 13.019, alterada pela Lei 13.204/2015 e Decreto Municipal 17/2017, para o OBJETO a seguir especificado:

1. OBJETO

Trata-se de procedimento que tem por objeto a Dispensa de Chamamento Público, com vistas à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre o Município de Bom Retiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e a Organização da Sociedade Civil denominada “Associação de Pais e Amigos dos Deficientes – APAE”.

Esta parceria destina-se para atendimento especializado a 100 alunos, nas ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionados à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.

2. DAS JUSTIFICATIVAS PARA CONTRATAÇÃO

Em 1º de janeiro de 2017, entrou em vigor a Lei Federal nº 13.019/2014 com alterações dadas pela Lei 13.204/2015, com regulamentação local por meio do Decreto 17/2017, que se constituiu no Marco Regulatório das parcerias a serem firmadas entre o poder público e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Deste modo, a partir desta data, as parcerias entre o Poder Público Municipal e as Organizações da Sociedade Civil passaram a ser regidas, obrigatoriamente, pelas referidas legislações.

A Dispensa de Chamamento Público poderá ser dispensada, conforme o inciso VI, da Lei nº 13.019/2014, o qual dispõem que:

Art. 30 – A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:
VI – No caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Assim, de modo que atenda as exigências desta norma, temos o presente processo, devidamente justificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

3. DOS VALORES PRATICADOS

| Item | Quant. | Unid. | Descrição | Valor unit. | Valor total |
|-------------|---------------|--------------|---|--------------------|--------------------|
| 01 | 01 | Serv. | Ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionados à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência. | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.000,00 |

3.1. O valor deste processo é estimativo, com base no repasse realizado pelo Governo Federal, sendo repassado a entidade conforme os recursos forem disponibilizados.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11 - Fundo Municipal de Assist.social

0008.0367.0023.2407 - CONTRIBUIÇÃO A APAE

33350000000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Farão parte deste processo os seguintes documentos:

- a) Ofício solicitando a celebração da parceria.
- b) Plano de Trabalho de Acordo com o art. 22 da Lei 13.019/2014 e Lei 13.204/2015.
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, comprovando que possui no mínimo de um ano de existência, com cadastro ativo.
- d) Regimento com normas de organização interna que prevejam, expressamente:
 - I) Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
 - II) Previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos legais da lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
 - III) Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- e) Experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

- f) Instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
- g) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (unificada);
- h) Certidão Negativa de débito com a Fazenda Estadual;
- i) Certidão Negativa de débito com a Fazenda Municipal;
- j) Certificado de Regularidade de Situação (CRF), perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- k) Certidão Negativa de Débito Trabalhista
- l) certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
- m) cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
- n) relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;
- o) comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
- p) Declaração de que não possui agentes políticos como dirigentes da entidade.
- q) Declaração que não emprega menores de 18 anos em trabalho insalubre, perigoso e noturno bem como menores de 16 anos salvo condição de aprendiz.

8. DA DECISÃO CONCLUSIVA

Diante de todo o exposto, tendo em vista a necessidade do serviço prestado, revela-se imperiosa a presente **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, evitando a descontinuidade da oferta dos serviços e por mostrar-se a opção mais eficiente e econômica neste momento, restando, portanto, caracterizada a conveniência e oportunidade para a Administração.

Assim, em atendimento ao disposto no art. 30, combinado com o art. 33, ambos da Lei Federal nº 13.019/2014 E Lei 13.204/2015, justifica-se a **DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**, para a formalização direta de parceria entre a Educação e a Organização da Sociedade Civil denominada “Associação de Pais e Amigos dos Deficientes – APAE”, destinada à ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionados à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Bom Retiro/SC., 15 de fevereiro de 2022.

**Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal**